

**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT
V CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR SUBSTITUTO**

PROVA ORAL/MANHÃ

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

A respeito da autonomia municipal conforme a Constituição Federal de 1988, responda aos seguintes questionamentos.

- 1 Quais os antecedentes da autonomia municipal antes da Constituição Federal de 1988 e de que forma a Constituição atual situou essa autonomia?
- 2 Em que consiste a autonomia política municipal e de que forma ela se manifesta?
- 3 Em que consiste a autonomia administrativa municipal e de que forma ela se manifesta?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

9.3 Autonomia municipal.

PADRÃO DE RESPOSTA

Embora antes mesmo da Constituição Federal de 1988 (CF) já houvesse quem defendesse a capacidade dos municípios de se organizarem, foi o advento dessa Constituição que definiu, de forma expressa, os municípios como entes específicos da federação brasileira e, conseqüentemente, a autonomia municipal. A CF chegou a definir a autonomia municipal como princípio constitucional sensível, capaz de justificar intervenção da União nos estados e no Distrito Federal (art. 34, inciso VII, alínea c).

A autonomia municipal implica a capacidade de auto-organização dos municípios, que se traduz na auto-organização administrativa (autoadministração) e na auto-organização política (autogoverno e autolegislação), as quais têm relação próxima com a autonomia financeira.

A autonomia política relaciona-se com a capacidade dos municípios de eleger seus próprios gestores e legisladores, de se estruturar por meio de lei orgânica aprovada por seu Poder Legislativo, a câmara municipal, e de ter espaço próprio de legislação, decorrente da repartição de competências. No plano legislativo, a autonomia municipal dá aos vereadores estatuto jurídico semelhante ao dos membros do Congresso Nacional, embora com limitações. Por isso, os vereadores detêm inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato, mas apenas na circunscrição territorial do município. As limitações são análogas às dos parlamentares do Congresso Nacional e das assembleias legislativas. As câmaras municipais podem legislar sobre assuntos de interesse local, atendendo às limitações que a CF prevê.

A autonomia administrativa compreende a capacidade de organizar sua estrutura administrativa, prover os cargos de seus servidores, realizar seu planejamento administrativo e efetuar as próprias contratações, sem ingerência do estado-membro.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1 – Raciocínio

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

QUESITO 2 – Argumentação

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

QUESITO 3 – Uso do vernáculo

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4.1 – Noção e inserção da autonomia municipal na Constituição

Conceito 0 – Não aborda a noção e a inserção da autonomia municipal na Constituição ou o faz de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Aborda de forma correta e adequada apenas um dos cinco aspectos a seguir: (i) antecedentes pré-CF; (ii) inovação da CF; (iii) inserção dos municípios como entes da federação; (iv) autonomia municipal como princípio constitucional sensível; (v) manifestações da autonomia municipal (autoadministração, autogoverno, autolegislação, autonomia financeira).

Conceito 2 – Aborda de forma correta e adequada dois dos cinco aspectos indicados acima.

Conceito 3 – Aborda de forma correta e adequada três dos cinco aspectos indicados acima.

Conceito 4 – Aborda de forma correta e adequada quatro ou mais dos cinco aspectos indicados acima.

QUESITO 4.2 – Autonomia política

Conceito 0 – Não aborda a autonomia política dos municípios ou o faz de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Aborda de forma correta e adequada apenas um dos oito aspectos a seguir: (i) conceito de autonomia política; (ii) capacidade de eleger gestores e legisladores; (iii) capacidade de se estruturar por lei orgânica própria; (iv) espaço próprio de legislação (repartição de competências); (v) estatuto jurídico dos vereadores; (vi) inviolabilidade dos vereadores e limites; (vii) limitações análogas às do Congresso Nacional e assembleias legislativas; (viii) competência das câmaras municipais para assuntos de interesse local.

Conceito 2 – Aborda de forma correta e adequada dois dos oito aspectos indicados acima.

Conceito 3 – Aborda de forma correta e adequada três dos oito aspectos indicados acima.

Conceito 4 – Aborda de forma correta e adequada quatro ou mais dos oito aspectos indicados acima.

QUESITO 4.3 – Autonomia administrativa

Conceito 0 – Não aborda a autonomia administrativa ou o faz de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Aborda de forma correta e adequada apenas um dos cinco aspectos a seguir: (i) organização da própria estrutura administrativa; (ii) competência para prover cargos de servidores; (iii) competência para o próprio planejamento administrativo; (iv) competência para efetuar as próprias contratações; (v) defesa contra a ingerência do estado-membro.

Conceito 2 – Aborda de forma correta e adequada dois dos cinco aspectos indicados acima.

Conceito 3 – Aborda de forma correta e adequada três dos cinco aspectos indicados acima.

Conceito 4 – Aborda de forma correta e adequada quatro ou mais dos cinco aspectos indicados acima.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouçã a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Antes da Constituição Federal de 1988, já se falava na capacidade dos municípios de se organizarem?
- 2 Como a Constituição Federal de 1988 posiciona os municípios na federação brasileira?
- 3 Qual a relação entre a autonomia municipal e a capacidade de auto-organização dos municípios?
- 4 Qual a relação da autonomia política com a repartição de competências?
- 5 Como a Constituição Federal de 1988 define o estatuto jurídico dos vereadores? Qual a extensão da inviolabilidade dos vereadores?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 2,00	0	1	2	3
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 2,00	0	1	2	3
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 2,00	0	1	2	
4	Domínio do conhecimento jurídico					
4.1	Noção e inserção da autonomia municipal	0,00 a 4,20	0	1	2	3 4
4.2	Autonomia política	0,00 a 7,00	0	1	2	3 4
4.3	Autonomia administrativa	0,00 a 2,80	0	1	2	3 4
TOTAL		20,00				

**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT
V CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR SUBSTITUTO**

PROVA ORAL/MANHÃ

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

O cidadão João ajuizou ação indenizatória em face do município onde reside, a fim de obter reparação de danos materiais e morais causados por lesão decorrente de disparo de arma de fogo. Nos autos, restou demonstrado que o disparo se deu durante ação da guarda municipal para combate a comércio irregular em praça pública. Na ocasião, os comerciantes irregulares entraram em confronto com a guarda, e a situação escalou para um tiroteio entre os agentes municipais e os comerciantes. João foi atingido em sua residência. A perícia judicial, porém, foi inconclusiva a respeito da origem do disparo, não podendo o perito precisar se o projétil partiu de arma de fogo pertencente aos agentes municipais.

A partir dessa situação hipotética, responda aos questionamentos que se seguem.

- 1 Qual a natureza da responsabilidade civil na espécie e quais são as teorias que fundamentam a responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro?
- 2 Quais são os pressupostos da responsabilidade civil estatal e quais são as hipóteses excludentes da responsabilidade?
- 3 No caso concreto, será possível a responsabilização do município? De quem é o ônus da prova da causa excludente da responsabilidade?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 7.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988, as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes causem a terceiros, o que, conforme a doutrina e a jurisprudência, caracteriza a responsabilidade objetiva do Estado. Conforme a doutrina dominante, são duas as teorias que fundamentam a responsabilidade civil do Estado, no direito brasileiro: a teoria do risco administrativo e, em casos específicos, a teoria do risco integral.

2 Os pressupostos da responsabilidade são o fato administrativo, o dano e o nexo de causalidade. Mostra-se desnecessário, portanto, o elemento subjetivo: a culpa, em sentido amplo. Excluem, porém, o nexo de causalidade entre o fato e o dano, a culpa exclusiva da vítima e os fatos imprevisíveis (caso fortuito e força maior).

3 Sim. O Supremo Tribunal Federal, no agravo em recurso extraordinário n.º 1.385.315/RJ, paradigma do tema 1237 de repercussão geral, assentou tese no sentido de que “(i) O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo; (ii) é ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade

civil; (iii) a perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário”.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1 – Raciocínio

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

QUESITO 2 – Argumentação

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

QUESITO 3 – Uso do vernáculo

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4.1 – Natureza e teorias da responsabilidade civil

Conceito 0 – Não menciona (i) a responsabilidade objetiva, nem as teorias (ii) do risco administrativo e (iii) do risco integral.

Conceito 1 – Menciona apenas um dos aspectos listados acima.

Conceito 2 – Menciona dois dos aspectos listados acima.

Conceito 3 – Menciona os três aspectos listados acima.

QUESITO 4.2 – Pressupostos e excludentes da responsabilidade civil

Conceito 0 – Não menciona os pressupostos da responsabilidade, nem as hipóteses de exclusão.

Conceito 1 – Aborda de maneira incompleta ou apenas parcialmente correta os pressupostos (fato administrativo, dano e nexo de causalidade) OU as hipóteses de exclusão (culpa exclusiva da vítima e fatos imprevisíveis).

Conceito 2 – Menciona de forma completa e correta apenas os pressupostos OU apenas as hipóteses de exclusão.

Conceito 3 – Menciona de forma completa e correta os pressupostos e as hipóteses de exclusão, mas não menciona a desnecessidade de comprovação do elemento subjetivo.

Conceito 4 – Menciona de forma completa os pressupostos e as hipóteses de exclusão, acrescentando a desnecessidade de comprovação do elemento subjetivo.

QUESITO 4.3 – Caso concreto

Conceito 0 – Responde, incorretamente, que não é possível a responsabilização do município.

Conceito 1 – Responde que é possível a responsabilização do município e que o ônus da prova da causa excludente de responsabilidade é do ente público, mas não aborda o entendimento do STF.

Conceito 2 – Responde que é possível a responsabilização do município e que o ônus da prova da causa excludente de responsabilidade é do ente público, mencionando o entendimento do STF.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 No direito brasileiro, a responsabilidade civil do Estado está sujeita às mesmas regras da responsabilidade civil dos agentes privados?
- 2 O que se deve demonstrar para caracterizar a responsabilidade civil estatal?
- 3 O Estado pode apontar alguma circunstância que afaste a responsabilidade?
- 4 Qual é o entendimento dos tribunais superiores a respeito a responsabilização do município em casos como o apresentado?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO				
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 2,00	0	1	2	3	
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 2,00	0	1	2	3	
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 2,00	0	1	2		
4	Domínio do conhecimento jurídico						
4.1	Natureza e teorias da responsabilidade civil	0,00 a 5,00	0	1	2	3	
4.2	Pressupostos e excludentes da responsabilidade civil	0,00 a 5,00	0	1	2	3	4
4.3	Caso concreto	0,00 a 4,00	0	1	2		
TOTAL		20,00					

**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT
V CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR SUBSTITUTO**

PROVA ORAL/MANHÃ

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 3

Considere as seguintes situações hipotéticas:

Situação 1

A empresa Alfa S.A. adquiriu fundo de comércio da empresa Beta S.A., tendo continuado a explorar, sob outra razão social, as mesmas atividades empresariais até então praticadas, ao passo que a empresa Beta S.A. cessou as respectivas atividades. À época da alienação, havia a tramitação de feitos executivos fiscais em desfavor da empresa Beta S.A., considerados fatos geradores anteriores àquela operação.

Situação 2

João, sócio da empresa Gamma S.A., ao exercer poderes de administração da empresa, deixou de recolher ao fisco os tributos retidos na fonte. A retenção decorrente de obrigação legal era realizada, mas os valores não eram repassados ao fisco. Ante o inadimplemento desses débitos tributários, foi proposta execução fiscal contra a empresa Gamma S.A.

A partir das situações narradas, em atenção ao Código Tributário Nacional (CTN) e à luz da jurisprudência do STJ, responda aos seguintes questionamentos, relativos à responsabilidade tributária.

- 1 Na situação 1, é possível o redirecionamento da execução fiscal, proposta inicialmente contra a empresa Beta S.A., em desfavor da empresa Alfa S.A.? Há algum tipo de responsabilidade tributária envolvida?
- 2 Na situação 2, é possível o redirecionamento da execução fiscal, inicialmente proposta contra a empresa Gamma S.A., em desfavor do sócio João? Há algum tipo de responsabilidade tributária envolvida? É necessária a instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (IDPJ) para alcançar João?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

7 Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade por infrações. Responsabilidade supletiva.

PADRÃO DE RESPOSTA

Na situação 1, **(i)** é possível o redirecionamento da execução fiscal em desfavor da empresa Alfa S.A., **(ii)** no que em jogo a responsabilidade tributária por sucessão empresarial, que, à luz do art. 133, inciso I, do CTN, **(iii)** determina àquela adquirente do fundo de comércio a responsabilização integral pelos tributos devidos até a data da alienação, uma vez que a empresa Beta S.A. parou de operar.

Na situação 2, considerada **(iv)** a prática de ato atentatório à lei pelo sócio João — apropriação indébita (STJ, REsp 989.724/SP, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJe de 3/3/2008) —, é possível o redirecionamento em desfavor deste último, **(v)** no que caracterizada a responsabilidade pessoal de terceiros, à

luz do art. 135 do CTN. Para tanto, à luz da jurisprudência do STJ (REsp 1775269), **(vi)** o IDPJ não pode ser instaurado no processo executivo fiscal, quando o fisco demonstrar sua responsabilidade, na qualidade de terceiro, em consonância com os arts. 134 e 135 do CTN.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1 – Raciocínio

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

QUESITO 2 – Argumentação

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

QUESITO 3 – Uso do vernáculo

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4.1 – Situação 1 - aspectos (i); (ii) e (iii)

Conceito 0 – Não responde ou responde de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Menciona corretamente apenas um dos aspectos **(i)**; **(ii)** e **(iii)** exigidos.

Conceito 2 – Menciona corretamente apenas dois dos aspectos **(i)**; **(ii)** e **(iii)** exigidos.

Conceito 3 – Menciona corretamente os aspectos **(i)**; **(ii)** e **(iii)**.

QUESITO 4.2 – Situação 2 - aspectos (iv), (v) e (vi)

Conceito 0 – Não responde ou responde de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Menciona corretamente apenas um dos aspectos **(iv)**, **(v)** e **(vi)** exigidos.

Conceito 2 – Menciona corretamente apenas dois dos aspectos **(iv)**, **(v)** e **(vi)** exigidos.

Conceito 3 – Menciona corretamente os aspectos **(iv)**, **(v)** e **(vi)**.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouçã a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 A situação 1 envolve responsabilidade tributária ou somente responsabilidade patrimonial? Há alguma previsão específica do CTN neste caso? É possível o redirecionamento em face da empresa Alfa S.A? Há alguma consequência em razão da empresa Beta S.A ter paralisado as operações após a alienação do fundo de comércio?
- 2 Na situação 2, há algum tipo de ilícito caracterizado? O CTN prevê hipótese de responsabilização pessoal nesses casos? É necessária a instauração de IDPJ para avançar sobre o patrimônio do sócio João, nesse caso?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 2,00	0	1	2	3
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 2,00	0	1	2	3
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 2,00	0	1	2	
4	Domínio do conhecimento jurídico					
4.1	Situação 1	0,00 a 7,00	0	1	2	3
4.2	Situação 2	0,00 a 7,00	0	1	2	3
TOTAL		20,00				

**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT
V CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR SUBSTITUTO**

PROVA ORAL/MANHÃ

DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Verificado dano a determinada área de preservação permanente (APP) após execução de obra de acordo com os comandos legais, foi exigida do empreendedor a restauração do local na sua plenitude e a indenização do meio ambiente degradado. No entanto, o empreendedor alegou que a área do empreendimento é urbana e consolidada e, portanto, permite ações realizadas pelo homem, alegando, ainda, que isso, na melhor interpretação, desqualifica a área como APP.

Considerando a situação hipotética apresentada, aponte, de forma fundamentada e com base em entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), se assiste razão ao empreendedor, analisando cada uma de suas alegações.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

5 Espaços territoriais especialmente protegidos. 5.1 Áreas de preservação permanente e reserva legal.

PADRÃO DE RESPOSTA

Não assiste razão ao empreendedor, na medida em que o STJ tem firme entendimento no sentido de que os comandos legais que autorizam a exploração antrópica (por meio de ação do homem) das APP devem ser interpretados restritivamente, sob pena de colocar em risco o equilíbrio ambiental, comprometendo a sobrevivência das presentes e futuras gerações.

De acordo com o STJ, a alegação de existência de área urbana consolidada, por si só, não a desqualifica como APP e tampouco mitiga as restrições ambientais incidentes sobre ela.

Nos termos da jurisprudência firmada no âmbito dessa corte de justiça, “Os comandos legais que autorizam a exploração antrópica das Áreas de Preservação Permanente devem ser interpretados restritivamente, sob pena de colocar em risco o equilíbrio ambiental, comprometendo a sobrevivência das presentes e futuras gerações” (AgInt no REsp n. 1.800.773/SC, Rel. min. Regina Helena Costa, DJe 17/9/2020)”. Desse modo, a alegação de existência de área urbana consolidada, por si só, não a desqualifica como APP e tampouco mitiga as restrições ambientais incidentes sobre ela.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1 – Raciocínio

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

QUESITO 2 – Argumentação

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

QUESITO 3 – Uso do vernáculo

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4.1 – Interpretação

Conceito 0 – Aponta, equivocadamente, que assiste razão ao empreendedor.

Conceito 1 – Aponta, corretamente, que não assiste razão ao empreendedor, mas não fundamenta a sua resposta.

Conceito 2 – Aponta que não assiste razão ao empreendedor, na medida em que o STJ tem firme entendimento no sentido de que os comandos legais que autorizam a exploração antrópica (por meio de ação do homem) das APP devem ser interpretados restritivamente, mas não menciona que isso deve ocorrer sob pena de colocar em risco o equilíbrio ambiental, comprometendo a sobrevivência das presentes e futuras gerações.

Conceito 3 – Aponta que não assiste razão ao empreendedor, na medida em que o STJ tem firme entendimento no sentido de que os comandos legais que autorizam a exploração antrópica (por meio de ação do homem) das APP devem ser interpretados restritivamente, sob pena de colocar em risco o equilíbrio ambiental, comprometendo a sobrevivência das presentes e futuras gerações.

QUESITO 4.2 – Desqualificação da APP

Conceito 0 – Não aborda o quesito ou o faz de maneira totalmente equivocada.

Conceito 1 – Aponta que, de acordo com o STJ, a alegação de existência de área urbana consolidada, por si só, não a desqualifica como APP, mas não menciona que essa alegação também não mitiga as restrições ambientais incidentes sobre a APP.

Conceito 2 – Aponta que, de acordo com o STJ, a alegação de existência de área urbana consolidada, por si só, não a desqualifica como APP e tampouco mitiga as restrições ambientais incidentes sobre ela.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 De acordo com o STJ, a alegação de existência de área urbana consolidada a desqualifica como APP?
- 2 O que o STJ entende sobre a mitigação das restrições ambientais incidentes sobre a APP?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 2,00	0	1	2	3
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 2,00	0	1	2	3
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 2,00	0	1	2	
4	Domínio do conhecimento jurídico					
4.1	Interpretação. Razão ou não do empreendedor.	0,00 a 8,00	0	1	2	3
4.2	Desqualificação da APP. Mitigação das restrições ambientais.	0,00 a 6,00	0	1	2	
TOTAL		20,00				

**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT
V CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR SUBSTITUTO**

PROVA ORAL/MANHÃ

DIREITO URBANÍSTICO E FUNDIÁRIO

QUESTÃO 5

Atenda, fundamentadamente, ao que se pede a seguir, e responda aos questionamentos que se seguem.

- 1 Relacione a política urbana e o princípio democrático, indicando o fundamento legal.
- 2 Explique o que é a gestão democrática das cidades e aponte exemplos de instrumentos legais para a sua efetivação.
- 3 Para garantir a melhora ou manutenção da qualidade de vida dos habitantes de uma cidade face a instalação de um empreendimento, o que a legislação impõe aos empreendedores?
- 4 O EIV substitui ou se sobrepõe ao estudo de impacto ambiental (EIA)?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

10 Estatuto da Cidade. 10.1 Norma geral. 10.2 Objetivos. 10.3 Diretrizes. 10.4 Instrumentos. 10.5 Gestão democrática das cidades.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 As normas gerais de política urbana devem ser editadas pela União, de acordo com o art. 182 da Constituição Federal. Nesse sentido, houve a edição da Lei Federal n.º 10.257/01 (Estatuto da Cidade) que determina que o processo de planejamento urbano seja permeado por uma dinâmica de envolvimento democrático.

2 A necessidade de transformação urbana e sua implementação por meio de uma gestão democrática da cidade busca efetivar o bem-estar de seus habitantes. A gestão democrática é o mecanismo que viabiliza a participação da população e das associações representativas de vários setores da comunidade na construção, melhoria, expansão e modificação do espaço urbano. Para tanto, o legislador previu vários instrumentos para a participação popular. Um dos instrumentos utilizados nesse processo permanente de gestão democrática da cidade, por exemplo, é a audiência pública. O art. 43 do Estatuto da Cidade ainda elenca: os órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; debates e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

3 Com essa visão de bem-estar para os habitantes, tornou-se importante que os municípios exijam medidas para assegurar a qualidade de vida daqueles que verdadeiramente sofrerão os impactos da atividade ou empreendimento inserido naquele contexto urbano. Para tanto, o Estatuto da Cidade, nos arts. 36 a 38, previu o estudo de impacto de vizinhança (EIV), a ser elaborado com o intento de levantar os impactos que um empreendimento ou atividade poderá causar ao setor urbano sob sua influência, seja esse impacto ambiental, social ou econômico, de modo similar ao estudo de impacto ambiental (EIA). Em outras palavras, o EIV deve indicar como os impactos podem ser reduzidos, extintos ou compensados, de forma a proporcionar alguma forma de ganho aos habitantes daquele local. O legislador trouxe regras gerais para o EIV, delegando a efetiva regulamentação aos municípios, não só por sua capacidade fiscalizatória, mas para adaptarem as regras à realidade local.

4 É relevante destacar que o EIV não se confunde com o EIA. O EIA tem o objetivo de avaliar os impactos ambientais capazes de serem gerados por atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma possam causar degradação ambiental, de modo a permitir a verificação da sua viabilidade ambiental. Portanto, não há

sobreposição de objetivos entre EIV e EIA.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 1 – Raciocínio

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

QUESITO 2 – Argumentação

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

QUESITO 3 – Uso do vernáculo

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4.1 – Política urbana no texto constitucional, no Estatuto da Cidade e relação com o princípio democrático

Conceito 0 – Não fala sobre política urbana e não a relaciona com princípio democrático.

Conceito 1 – Fala sobre política urbana, mas não menciona a previsão constitucional e tampouco o Estatuto da Cidade, e não relaciona a política urbana com o princípio democrático.

Conceito 2 – Relaciona política urbana com o princípio democrático, sem citar os fundamentos legais.

Conceito 3 – Relaciona política urbana com o princípio democrático, mas não menciona a previsão constitucional nem o Estatuto da Cidade.

Conceito 4 – Relaciona política urbana com o princípio democrático, mas menciona apenas a previsão constitucional ou apenas o Estatuto da Cidade.

Conceito 5 – Relaciona política urbana com o princípio democrático e menciona tanto a previsão constitucional como o Estatuto da Cidade.

QUESITO 4.2 – Conceito de gestão democrática e instrumentos legais

Conceito 0 – Não explica corretamente o que é gestão democrática e não cita corretamente os instrumentos legais.

Conceito 1 – Explica corretamente o que é gestão democrática, mas não cita os instrumentos legais.

Conceito 2 – Explica corretamente o que é gestão democrática, mas cita corretamente apenas um instrumento legal.

Conceito 3 – Explica corretamente o que é gestão democrática, mas cita corretamente apenas dois instrumentos legais.

Conceito 4 – Explica corretamente o que é gestão democrática e cita corretamente três ou mais instrumentos legais.

QUESITO 4.3 – Conceito de EIV e previsão no Estatuto da Cidade

Conceito 0 – Não aborda o conceito de EIV e tampouco a sua previsão no Estatuto da Cidade.

Conceito 1 – Aborda o EIV, mas sem explicar o conceito e sem mencionar a previsão no Estatuto da Cidade.

Conceito 2 – Aborda o EIV, conceituando-o corretamente e indicando a previsão no Estatuto da Cidade.

QUESITO 4.4 – Diferenciação entre EIV e EIA

Conceito 0 – Não distingue EIV e EIA ou o faz de forma totalmente incorreta.

Conceito 1 – Indica que há distinção entre o EIV e o EIA, mas não a explica.

Conceito 2 – Explica corretamente a distinção entre o EIV e o EIA.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 O texto constitucional trata da política urbana? Como ela se relaciona com o princípio democrático?
- 2 Há previsão legal para a gestão democrática? Quais são os instrumentos legais para o seu exercício?
- 3 Os objetivos do EIV e os do EIA são os mesmos?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO					
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 2,00	0	1	2	3		
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 2,00	0	1	2	3		
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 2,00	0	1	2			
4	Domínio do conhecimento jurídico							
4.1	Política urbana no texto constitucional, no Estatuto da Cidade e relação com o princípio democrático	0,00 a 3,00	0	1	2	3	4	5
4.2	Conceito de gestão democrática e instrumentos legais	0,00 a 4,50	0	1	2	3	4	
4.3	Conceito de EIV e previsão no Estatuto da Cidade	0,00 a 4,50	0	1	2			
4.4	Diferenciação entre EIV e EIA	0,00 a 2,00	0	1	2			
TOTAL		20,00						

**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT
V CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR SUBSTITUTO**

PROVA ORAL/MANHÃ

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 6

Considere a seguinte situação hipotética:

Rui promoveu ação indenizatória por danos morais e materiais, sendo R\$ 100 mil a título de danos morais, e R\$ 100 mil a título de danos materiais, em face do município X, tendo obtido êxito na sentença, que foi confirmada por acórdão do tribunal de justiça do respectivo estado. Em face do acórdão, a municipalidade ingressou com recurso especial, que, após ter sido submetido ao crivo do presidente do tribunal de justiça do estado, para a realização do primeiro juízo de admissibilidade, seguiu para análise do STJ, desprovido de efeito suspensivo.

Nesse ínterim, Rui ingressou com cumprimento provisório de sentença tanto em relação ao valor indenizatório, quanto em relação aos honorários de sucumbência, que foram fixados pelo critério equitativo, em R\$ 10 mil. Rui pediu, quanto a esse último, a incidência de juros de mora desde a intimação para pagamento no cumprimento provisório, além de correção monetária, desde sua fixação pela sentença.

Ocorre que, durante o curso do cumprimento provisório de sentença, depois de ter sido apresentada impugnação pelo ente municipal, adveio o julgamento do apelo nobre, em que a turma cível do STJ julgou parcialmente procedente a insurgência, afastando-se a condenação indenizatória por danos morais, e invertendo-se o ônus da sucumbência.

A partir dessa situação hipotética, responda, fundamentadamente, aos seguintes questionamentos.

- 1 Em relação ao cumprimento provisório, com o advento do acórdão do STJ que julgou procedente o recurso especial do município X, qual a consequência para o processo de cumprimento provisório, à luz do novo Código de Processo Civil (CPC)?
- 2 Em se tratando de cumprimento provisório de sentença, impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo, qual é a forma (ou o rito) em que deverá prosseguir o referido cumprimento provisório?
- 3 No que concerne aos honorários advocatícios, a forma de cálculo dos juros de mora pela parte autora seguiu a forma correta estabelecida no CPC?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Lei n.º 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).

1.1 Normas processuais civis. (...)1.6.2 Deveres das partes e procuradores. (...)1.16.11 Sentença e coisa julgada.

1.16.12 Cumprimento da sentença. 1.16.12.1 Disposições gerais. 1.16.12.2 Cumprimento. (...)1.19 Processos de

execução. 1.20 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.

DIREITO FINANCEIRO: (...) 3.2 Disciplina constitucional dos precatórios.

PADRÃO DE RESPOSTA

- 1 Com o julgamento do recurso especial pelo STJ, que reformou parcialmente o acórdão do tribunal de justiça do estado hipotético, afastando a condenação por danos morais e invertendo o ônus da sucumbência, o

cumprimento provisório de sentença perde eficácia quanto à parte modificada. Conforme o art. 520, inciso III, do CPC, “se a sentença objeto de cumprimento provisório for modificada ou anulada apenas em parte, somente nesta ficará sem efeito a execução”. Assim, o magistrado singular deve tornar sem efeito o cumprimento provisório, em relação à parte reformada.

2 Quanto à forma (ou ao rito) do cumprimento provisório de sentença com recurso sem efeito suspensivo, nos termos do art. 520, *caput*, do CPC, o cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo.

3 No que se refere aos honorários de sucumbência fixados em quantia certa, os juros moratórios incidirão a partir da data do trânsito em julgado da decisão, conforme art. 85, §16 do CPC. Como, no caso, ainda não havia trânsito em julgado quando foi iniciado o cumprimento provisório, a aplicação de juros de mora desde a intimação é inadequada.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 1 – Raciocínio

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 2 – Argumentação

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 3 – Uso do vernáculo

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

QUESITO 4.1 – Perda de eficácia

Conceito 0 – Não responde ou o faz de maneira totalmente incorreta.

Conceito 1 – Responde de maneira precária, afirmando que o cumprimento de sentença perde eficácia, mas sem fundamentar sua resposta no CPC.

Conceito 2 – Responde satisfatoriamente, afirmando que o cumprimento de sentença perde eficácia e fundamentando sua resposta no CPC.

QUESITO 4.2 – Forma/rito do cumprimento de sentença

Conceito 0 – Não responde ou o faz de maneira totalmente incorreta.

Conceito 1 – Responde corretamente que o cumprimento provisório de sentença com recurso sem efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, mas não fundamenta sua resposta.

Conceito 2 – Responde corretamente que o cumprimento provisório de sentença com recurso sem efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo, fundamentando corretamente sua resposta no CPC.

QUESITO 4.3 – Honorários advocatícios

Conceito 0 – Não responde ou o faz de maneira totalmente incorreta.

Conceito 1 – Responde corretamente que os juros moratórios incidirão a partir da data do trânsito em julgado da decisão, mas não fala que a aplicação de juros de mora desde a intimação é inadequada.

Conceito 2 – Responde corretamente que os juros moratórios incidirão a partir da data do trânsito em julgado da decisão, bem como fala que a aplicação de juros de mora desde a intimação é inadequada.

ROTEIRO DE ARGUIÇÃO

Solicite ao candidato que leia o comando da questão.

Ouç a explanação do candidato a respeito da questão e, caso ele não tenha exaurido a resposta esperada de acordo com o estabelecido no padrão de respostas previsto para a questão, conduza a arguição da forma a seguir apresentada.

Atenção! Somente deverão ser feitos os questionamentos referentes aos aspectos não explorados ou explorados de maneira equivocada pelo candidato em sua resposta inicial. Caso ele já tenha tratado corretamente de algum aspecto explorado nas perguntas a seguir, o examinador deverá abster-se de fazê-las e realizar a respectiva avaliação do candidato.

- 1 Caso o(a) candidato(a) não consiga iniciar a resposta, pergunte: Há previsão expressa no Código de Processo Civil em relação ao cumprimento provisório de sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo?
- 2 Em linhas gerais, qual é o marco da mora numa condenação de pagar quantia certa?
- 3 Quando há parcela incontroversa em uma disputa judicial, qual é a consequência disso para o credor?

Finalize sua arguição com a expressão: **Sem mais perguntas.**

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Articulação do raciocínio	0,00 a 2,00	0	1	2	3
2	Capacidade de argumentação	0,00 a 2,00	0	1	2	3
3	Uso correto do vernáculo	0,00 a 2,00	0	1	2	
4	Domínio do conhecimento jurídico					
4.1	Perda de eficácia	0,00 a 4,00	0	1	2	
4.2	Forma/rito do cumprimento de sentença	0,00 a 6,00	0	1	2	
4.3	Honorários advocatícios	0,00 a 4,00	0	1	2	
TOTAL		20,00				